

EDUCAÇÃO PARA A INFÂNCIA: LUGAR DE CRIANÇA, DIREITO DE BRINCAR

TEACHING IN EARLY CHILDHOOD: A PLACE FOR CHILDREN, THEIR RIGHT TO PLAY

Elaine Ferraresi SEREDIUK¹
Ana Maria Ribeiro de Carvalho Gonzaga RAMADAN²
Daniela Medon GOBBO³

RESUMO

O presente trabalho se refere às reflexões sobre as concepções de infância e o brincar na Educação Infantil, ou seja, a importância de ver a infância enquanto direito social e as Instituições de Educação Infantil enquanto espaço do direito do brincar. Essas reflexões têm acontecido no Grupo de Estudos PRÁXIS que tem nos permitido ampliar nossas visões através das leituras, das trocas e reflexões permanentes sobre a prática, mas que também estão sendo fundamentais para a nossa mudança de postura e para a construção no dia-a-dia de uma educação para a infância.

Palavras-chave: Educação Infantil; Infância; Formação Continuada.

ABSTRACT

This paper reflects on conceptions of childhood and play in early childhood education, that is, the importance of viewing

⁽¹⁾ Professora de Educação Infantil da Rede Municipal de Campinas/SP (CEMEI Cláudio de Souza Novaes). Membro do Grupo Práxis. elaineferraresi@hotmail.com

⁽²⁾ Professora de Educação Infantil da Rede Municipal de Campinas/SP (CEMEI Dona Júlia dos Santos Dias). Membro do Grupo Práxis. gonsaga_ramadam@ig.com.br

⁽³⁾ Professora de Educação Infantil da Rede Municipal de Campinas/SP (CEMEI Prof. Leonor Motta Zuppi). Membro do Grupo Práxis. danigobbo55@hotmail.com



Comunicação

early childhood as a social rights issue, and looking at childhood education institutions as places where children have the right to play. These reflections are the result of the Praxis Study Group, leading to broadening our vision through study of the literature, exchanging information and permanent discussions on practical experiences. They are also essential to changing our positions and daily construction of education for early childhood.

Key words: *Early Childhood; Early Childhood Education; Ongoing Education*

Pela necessidade que se tem de estar sempre buscando conhecer e refletir sobre a prática em sala de aula, apresentamos como proposta para a Prefeitura de Campinas, em 2001, entidade em que somos educadoras – a formação do Grupo de Estudos “PRAXIS”, cujo objetivo inicial seria buscar inovações no nosso trabalho e teorias que pudessem responder ao nosso descontentamento com a prática, nos ajudando a formular uma nova proposta para a Educação Infantil. O interesse de formar o Grupo de Estudos era compartilhar as angústias e dúvidas, mas também, os saberes, os conhecimentos e as reflexões, pois ninguém produz conhecimento e cultura sozinho; é no outro que nos vemos e temos parâmetros do que realmente somos e do que significamos.

No início, a bibliografia era voltada para subsidiar o trabalho com Projetos, e, com o estudo que íamos fazendo, percebemos que só uma metodologia não bastava, do mesmo modo que percebíamos que só a prática não respondia às nossas angústias. Hoje sabemos que Projeto é mais que uma palavra que virou “modismo”. Portanto, existem muitos tipos de Projeto, não há o certo e o errado, há o diferente. Os nossos conhecimentos sobre o assunto evoluíram e a bibliografia também, entretanto saberes anteriores foram importantes para constituir o que somos hoje. Continuamos buscando novas leituras, novos assuntos, não nos limitando a temas ou autores, pois acreditamos que nossa opção não é por uma metodologia ou uma técnica, mas é algo mais amplo, que envolve nossas concepções e nossa formação, que acreditamos deva evoluir constantemente.

E para construir esta nova forma de trabalho na Educação Infantil, foi necessário situar, refletir

e ampliar nossas concepções de infância, de educação e de escola, como espaço significativo de aprendizagem. Portanto, hoje podemos dizer que refletir sobre a prática é abrir possibilidades para pensar o trabalho, rever posturas, enxergar-se enquanto agente formador se necessário, despir-se de algumas coisas enquanto sujeitos que aprendem.

O que queremos nesta comunicação é socializar a importância de se pensar a infância e o brincar a partir das concepções e visões que fomos construindo, e o quanto isso tem contribuído para a nossa formação e nossa prática.

É na tentativa de pensar a Educação Infantil em uma sociedade capitalista, que utilizamos aqui as idéias de Perrotti (1982), que afirma que as leis da mercadoria fixam nosso valor e papel enquanto seres humanos, ou seja “a categoria ‘produtor’ é que define os indivíduos em nossa sociedade”, há uma tendência a privilegiar o adulto em detrimento da criança, justamente porque ele produz. E a criança? Ela não produz nada? A escola reproduz esta visão, fazendo com que a criança seja valorizada pela quantidade dos trabalhos que executa, como os professores, que são valorizados pela quantidade de conteúdos que transmitem. O que escola faz na verdade, é dicotomizar o trabalho e o brincar, fazendo do brincar um prêmio para quem produz ou uma punição (não brincar) para quem se recusa a produzir. Quando a instituição de Educação Infantil se propõe a “escolarização”, passa então a romper com as possibilidades do lúdico, provocando sua morte em detrimento da produção. Enfim, “a atividade lúdica foi segregada para transformar-se no trabalho infantil”. (Friedmann, 1998, p.29)

Esse pensamento já traduz uma concepção de infância e o tipo de escola que reproduz esta realidade, "*onde o lúdico é desconsiderado, é a negação do sistema uma vez que, o tempo do brincar não é regulável, mensurável, objetivável. E toda a tentativa de subordiná-lo ao tempo da produção provoca sua morte*" (Perrotti, 1982, p.20).

Isso também se reflete na própria organização do espaço escolar. Compartilhamos das idéias de Forneiro (1998) quanto ao espaço, porque diz que não se trata "*simplesmente do acúmulo de objetos situados em um lugar. A idéia de espaço faz alusão, mais do que aos componentes isolados que o formam, à particular relação que se estabelece entre ele e as pessoas que o freqüentam*" (p.241).

Os espaços das instituições Infantis, geralmente, são organizados tendo como modelos únicos a casa, a escola e o hospital, não contemplando todas as "*dimensões e competências humanas (a lúdica, a artística, a fantasia e a imaginação, etc.)*" (Faria, 2000, p.75). Ainda segundo Faria, devemos nos inspirar:

em outros ambientes de vida, levando em consideração todas as dimensões culturais (brasileiras e estrangeiras, tradicionais e contemporâneas, populares, rurais, urbanas, litorâneas, etc.) tais como: o atelier, a cozinha, a rua, as praças, a praia, o rio, a floresta, o jardim, a marcenaria, os laboratórios, o conservatório, a biblioteca, a ludoteca, o cinema, o teatro, o circo, as academias de ginástica e ballet, o clube, a danceteria, o parque de diversões, o playground, etc, etc. (p.76)

Desta maneira, a organização da instituição de Educação Infantil, as salas, a distribuição dos móveis, a utilização das paredes, as atividades realizadas, a disposição dos materiais e brinquedos e o quanto isso pode propiciar interação entre os pares e os adultos, refletem a visão e concepção de educação e de infância dos educadores.

Portanto, cabe aos educadores a organização de espaços criativos e diversificados que

permitam inúmeras possibilidades de uso. No documento *Currículo em Construção*, encontramos que: "*Quanto mais espaços estiverem sendo ativados, maiores chances as crianças estarão tendo para desenvolver a linguagem, o mundo do faz-de-conta, a socialização, a autonomia.*" (Campinas, 1998, p.70).

A organização dos espaços de brincadeiras vem sendo modificada. A rua, a praça, os quintais eram locais da infância, onde as crianças corriam, criavam e recriavam jogos e brinquedos, ou seja, a criança não brincava sozinha, mas era com o outro que podia compartilhar a alegria de ser criança. Hoje quando perguntamos para um adulto sobre a sua infância, certamente irá fazer referência à rua como espaço do brincar.

Atualmente, esses espaços tornaram-se para as crianças lugares de risco, logo elas ficam enclausuradas em suas salas e quartos, em frente às televisões e computadores diminuído suas interações, ou quando podem brincar, os espaços se restringem aos *shoppings* e condomínios, sujeitos às regras. E no que se refere às crianças de classes sociais menos favorecidas, a situação torna-se ainda mais grave, pois, além de não terem à disposição estes espaços, são obrigadas a assumirem funções domésticas ou são lançadas ao mercado de trabalho precocemente.

É por este fator que as instituições de Educação Infantil constituem-se hoje como um espaço de DIREITO DE BRINCAR das crianças, garantido inclusive pelo MEC, através dos Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças", no item "Nossas crianças têm direito à brincadeira", no documento do COEDI, elaborado por Fulvia Rosemberg e Maria Malta Campos (1995).

Mas vale lembrar que não é pelo fato da brincadeira estar atrelada às Instituições de Educação Infantil, que o lúdico pode estar a serviço do pedagógico. ARROYO (1995) contribui neste sentido quando afirma que a brincadeira não deve ser um instrumento para tornar uma aula eficiente e nem tão pouco estar ligada a

didatização. Porque, neste tipo de atividade controlada pelo educador, a brincadeira pode ser apenas um elemento de sedução oferecido à criança, como coloca Wajskop (1995), utilizando o interesse da criança pela brincadeira para despistá-la em prol de um objetivo escolar. O importante é que a criança possa brincar pelo brincar... Brincadeiras de faz-de-conta, de roda, de rua, folclóricas ou regionais, são as que possibilitam a criança exercitar sua imaginação, criação e reinvenção, seja atribuindo significados diversos às suas ações e objetos ou mesmo experimentando situações novas ou de seu cotidiano.

Já que as instituições de Educação Infantil podem ser consideradas espaços do direito de brincar, a criança deve ser vista não como um “vir a ser”, que deva ser preparada para o futuro, como o próprio nome sugeria há um tempo atrás quando designava estas instituições de “pré-escola”, cujo objetivo era formar e preparar a criança para as séries iniciais, para ser aluno da primeira série. E negando essa visão há que considerar a “*criança com um ser social, cultural, cidadão de pouca idade com direitos assegurados pela Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e LDB*”. (Campinas, 1998, p.13)

Na tentativa de superar esta visão da pré-escola que “prepara”, torna-se fundamental que a preocupação, os objetivos e o trabalho das instituições de Educação Infantil se voltem para a infância e o brincar. Entendendo a infância como um tempo em si mesma, focando os olhares sobre a “*criança concreta, real, que trás para a escola sua história, seus sentimentos, emoções, medos, sonhos...*” (Arroyo, 1998), nos levando a perceber e a tratar a criança como um sujeito que produz cultura.

“Os grupos infantis criam uma cultura própria, viva, transmitida boca-a-boca e que, embora muitas vezes busque seus elementos na outra mais genérica, organizada pelos adultos, ainda assim, é reelaborada, segundo suas necessidades, pelos grupos infantis que os transformam

em algo próprio e diverso daquilo que lhes serviu de inspiração” (Perrotti, 1982, p.22).

Considerar a infância como “condição da criança”, valorizando o conjunto de experiências vividas em diferentes tempos e lugares, passa a ser então um compromisso dos educadores, o que na última década, tornou-se objeto de discussão contribuindo para ampliação da visão e objetivos da própria Educação Infantil.

Refletir sobre estas concepções de infância e do brincar foi o que procuramos desenvolver nesta comunicação. Concepções e estudos que também estão sendo fundamentais para a nossa mudança de postura e para a construção no dia-a-dia de uma educação para a infância. No entanto, gostaríamos de frisar que isso não se dá individualmente, isoladamente; é o contexto coletivo e o espaço do grupo de estudos que tem nos permitido ampliar nossas visões através das leituras, das trocas e reflexões permanentes sobre a prática.

Gostaríamos de encerrar defendendo a necessidade da formação continuada e, mais que isso, convidar a todos que tenham uma Paixão pela Educação a sair do “isolamento” e buscar espaços coletivos para construir e compartilhar saberes e “fazereres”.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel G. O significado da Infância. **Revista Criança**, 1995, n. 28, p.17-21.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação, Departamento Técnico-pedagógico e Coordenadoria de Educação Infantil. **Currículo em Construção**, Campinas, 1998.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. O Espaço Físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da educação infantil. In. FARIA, A.L.G. e PALHARES, M.S. (Orgs). **Educação Infantil Pós-LDB: rumos e Desafios**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, FEUNICAMP, 2000, Coleção Polêmicas de Nosso Tempo: 62

FORNEIRO, Lina I. A organização dos Espaços na Educação Infantil. In: ZABALZA, M. **Qualidade em Educação Infantil**. Trad. Beatriz A. Neves. Porto Alegre: ArtMed 1998.

FRIEDMANN, Adriana. A evolução do brincar. In: FRIEDMANN, A. *et. al*, **O Direito de Brincar**. 4. ed. São Paulo: Edições Sociais – Abrinq. 1988.

PERROTTI, Edmir. A criança e a Educação Cultural. In: ZILBERMAN, Regina (Org). **A produção cultural para a criança**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na Pré-Escola**. São Paulo, Cortez, 1995 (Coleção Questões de nossa época; v 48).